

Corrupção Combate-se com Democracia



/2018/07/04/corruptao-combate-se-com-democraci

respeito às instituições. Conforme nos aproximamos do fim daquele ranking, entre os países com maior percepção de corrupção, multiplicam-se os regimes autoritários, como Venezuela, Coreia do Norte e Irã^[1].

Regimes autoritários tendem a ser menos transparentes, o que, em si, impede o exercício do controle social. Nesse caso, a ausência de escândalos de corrupção não é sinônimo de integridade, mas sim de repressão a críticas e a opositores. Os órgãos de controle, nestes regimes, têm sua atuação limitada e agem sem independência, assim como o Poder Judiciário. A ausência de eleições impede que os eleitores retirem do poder políticos corruptos, e a pobreza do debate político impede que opositores controlem efetivamente a atuação dos incumbentes.

Estudos indicam que há um período de estabilização, logo após a democratização, em que é comum a elevação nos níveis de corrupção. No longo prazo, todavia, a tendência é que países que dão continuidade ao experimento democrático superem esse período inicial e alcancem uma progressiva redução da corrupção. A indicação clara de estudos que comparam a evolução de dezenas de países é a de que o fortalecimento da democracia conduz à redução da corrupção^[2].

Apesar disso, parece ser cada vez mais difundida no Brasil a noção de que o autoritarismo ou o militarismo são remédios para a corrupção na política. O recuo da confiança na democracia tem sido apontado por diversas pesquisas de maneira perturbadora.

O Instituto Datafolha tem demonstrado, nos últimos anos, uma curva decrescente de apoio à democracia entre brasileiros. Após atingir um pico de apoio de 66% em dezembro de 2014 – justamente após as eleições presidenciais, vale lembrar –, este apoio vem caindo. Pesquisa realizada em setembro de 2017 indicou que apenas 56% dos brasileiros considerava a democracia uma forma de governo mais adequada do que as demais. Enquanto isso, 17% preferiam uma ditadura e 21% indicaram não ter preferência entre os dois modelos^[3].

Outras pesquisas indicam apoio ainda menor para a democracia. O Latinobarômetro, em sua última pesquisa realizada (2017), mostrou que o Brasil apresentou péssimos resultados no que se refere à avaliação da democracia. O apoio à democracia no país despencou 22 pontos percentuais de 2015 (54%) a 2016 (32%) e, apesar de uma melhora no resultado de 2017 (43%), alcançou o nível mais baixo da região, perdendo apenas para o México em menor apoio ao sistema democrático.

Ainda na mesma pesquisa, pediu-se aos entrevistados que avaliassem de 0 a 20 pontos a democracia em seu país. O Brasil obteve a pior nota na região, com uma avaliação de 4,4 oferecida por seus cidadãos. Apenas 13% dos brasileiros consideraram-se satisfeitos com a democracia no país^[4].

Não é surpresa que, nesse cenário, a avaliação do brasileiro sobre algumas das principais instituições políticas seja bastante negativa. O AmericasBarometer, pesquisa conduzida pelo Latin America Public Opinion Project da Vanderbilt University, segue a mesma linha das demais pesquisas. Aponta que apenas 52,4% dos brasileiros consideram a democracia a

melhor forma de governo possível – um resultado melhor apenas que o de outros seis países nas Américas. Indo além, para a relação entre os impactos da corrupção e a legitimidade da democracia, essa mesma pesquisa indica que 34,6% dos brasileiros apoiaria um golpe militar em um cenário de corrupção prevalente – mas se fosse o presidente fechando o Congresso, e não um golpe aplicado por militares, o apoio cairia para 19,5%.

Em um último resultado especialmente preocupante em ano de eleições gerais, apenas 23,4% confiam no processo eleitoral brasileiro – o penúltimo pior resultado do continente .

A partir dessa análise, levanta-se o questionamento: por que, na pesquisa e

Combate à Corrupção Eleitoral e Contas Abertas –, lançaram a campanha Unidos contra a Corrupção .

O objetivo desta campanha é justamente pautar as eleições de 2018 com vistas a promover uma renovação democrática do Congresso Nacional, liderada por candidatos com um passado limpo e comprometidos com um amplo pacote de reformas legislativas – as Novas Medidas contra a Corrupção. Trata-se do maior pacote anticorrupção já desenvolvido no mundo, o qual reúne 70 projetos de lei, propostas de emenda à Constituição e projetos de resolução.

Se aprovadas, estas reformas permitirão que o país avance ainda mais no combate à corrupção e, por consequência, no fortalecimento da democracia.

Como não poderia ser diferente para um projeto com esta pretensão, as Novas Medidas contra a Corrupção foram construídas a partir de um processo amplo e democrático que envolveu diversos setores da sociedade. Participaram deste processo membros da academia, advogados, membros do Ministério Público e do Judiciário, integrantes de órgãos de controle, agentes públicos e funcionários do setor privado. Foram consultadas mais de 300 organizações da sociedade civil e, a partir de uma inovadora ferramenta de participação popular no processo legislativo – o Wikilegis –, a sociedade teve a oportunidade de comentar, criticar e apresentar sugestões às propostas.

- I – Sistemas, Conselhos e Diretrizes Nacionais Anticorrupção;
- II – Participação e controle social;
- III – Prevenção da corrupção;
- IV – Medidas anticorrupção para eleições e partidos políticos;
- V – Responsabilização de agentes públicos;

O fortalecimento de processos inerentes à democracia encontra-se no cerne deste pacote. As eleições nos últimos ciclos – a Operação Lava Jato mostrou –, foram contaminadas por esquemas que corromperam a escolha dos eleitores, gerando a posterior desconfiança nas instituições-chave do sistema político nacional. O financiamento das campanhas teve origem, em inúmeros casos, nos recursos desviados por empresas contratadas pela Administração Pública. A Justiça Eleitoral se mostrou incapaz de assegurar a integridade destes pleitos e os partidos políticos foram veículos para a inserção de recursos de ‘caixa 2’ nas campanhas eleitorais.

Por esta razão, no bloco IV, estão incluídas medidas que pretendem conferir maior efetividade à legislação eleitoral, garantindo os instrumentos necessários para que o Ministério Público Eleitoral fiscalize e identifique irregularidades. São também medidas previstas para reabilitar o papel dos partidos políticos no processo democrático: o incremento da sua transparência, a implementação de mecanismos que garantam a integridade de seus processos decisórios e a possibilidade de responsabilizá-los efetivamente caso cometam irregularidades.

Sobre a questão do financiamento eleitoral, buscou-se um equilíbrio entre a necessidade de se garantir meios lícitos para que candidatos financiem suas campanhas e o imperativo de se limitar a influência de recursos privados no processo eleitoral. Uma redução dos recursos de origem pública, destinados às campanhas eleitorais, também foi prevista. A redução dos custos destas campanhas parece, no cenário atual, a melhor saída para reduzir a possibilidade de captura do processo eleitoral por interesses privados.

Para além dos processos eleitorais, buscou-se também enfrentar a impunidade pela introdução de medidas que garantiriam a efetiva responsabilização de agentes políticos corruptos, com a redução drástica das hipóteses do foro por prerrogativa de função e a possibilidade de inculpação por crimes de corrupção. A ideia é que a impunidade de uns contamina as instituições coi

BUARQUE, D. Ditadura abafou apuração de corrupção dos anos 70, revelam documentos